DOCUMENTO COMPLEMENTAR ELABORADO NOS TERMOS DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SESENTA E QUATRO DO CÓDIGO DO NOTARIADO, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DA ESCRITURA REALIZADA A DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL E ONZE

CAPÍTULO I

Denominação, duração, sede, objecto, atribuições

ARTIGO 1º

(Denominação e duração)

1. É constituída, para durar por tempo indeterminado, uma associação privada sem fins lucrativos denominada: "IST-ID, Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento", adiante sempre designada por "IST-ID".
2. Tendo em atenção o seu objecto, o IST-ID envidará todos os esforços para vir a ser reconhecido como uma instituição particular de investigação, nos termos do Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de Abril.

ARTIGO 2º

(Sede)

O IST-ID tem a sua sede no Instituto Superior Técnico, adiante sempre designado pela sigla "IST", na Avenida Rovisco Pais, na freguesia de S. Jorge de Arroios em Lisboa, podendo ser transferida para qualquer ponto do país, mediante deliberação nesse sentido da Assembleia Geral

ARTIGO 3º

(Objecto)

At
Rlu
llp

O IST-ID é uma associação destinada a criar, a aprofundar, a difundir e a transferir a ciência e a tecnologia, nas áreas científicas em que o IST desenvolve a sua actividade, bem como desenvolver, em seu benefício, actividades de gestão, nomeadamente incluindo a prestação de apoio jurídico, consultoria fiscal, contabilística e financeira, apoio administrativo e de marketing.

ARTIGO 4º

(Atribuições)

1. Como instituição científica e de desenvolvimento tecnológico e para consecução do seu objecto, o IST-ID, em colaboração com os seus associados e, sempre que necessário, com terceiros, pode realizar, ou participar na realização, de:
 - a) projectos de Investigação científica e tecnológica, incluindo os que estejam orientados para desenvolvimento de produtos, serviços ou criações de qualquer natureza passíveis de serem transferidos e utilizados na actividade económica ou protegidos por direitos de propriedade intelectual;
 - b) actividades de prestação de serviços, em especial de consultoria na área científica e tecnológica, de apoio técnico, de análises técnicas, e de experimentação;
 - c) actividades de apoio à criação e ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica;
 - d) actividades de divulgação da ciência e da tecnologia, incluindo a edição de publicações;
 - e) congressos, seminários, conferências e outros eventos similares, desde que ligados ao seu objecto;
 - f) actividades de formação profissional avançada.
2. O IST-ID pode agir como Instituição de Acolhimento de Unidades de

Investigação do IST, nos termos de um acordo a celebrar com este fundador, e também de Unidades de Investigação similares de outros associados, nos termos que com estes vierem a ser acordados.

3. O IST-ID pode também, no âmbito de acordos específicos que venha a celebrar com os seus associados ou com terceiros, desenvolver, em seu benefício, actividades de gestão, nomeadamente incluindo a de prestação de apoio jurídico, de consultoria fiscal, contabilística e financeira, de apoio administrativo, de marketing, bem como e ainda agir em sua representação em instrumentos contratuais, qualquer que seja a sua natureza.

4. O IST-ID pode ainda:

a) participar na criação ou associar-se ou fillar-se em organismos com um objecto afim ao seu, sejam nacionais ou estrangeiros, públicos ou privados;

b) criar ou participar no capital social de sociedades comerciais, sempre que considerado necessário para a prossecução do seu objecto.

CAPÍTULO II

Associados, Parceiros e Colaboradores

ARTIGO 5º

(Categorias de Associados)

1. Os associados do IST-ID podem ser fundadores ou aderentes.

2. São associados fundadores os que outorgaram a criação do IST-ID:

a) O IST;

b) A Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico, adiante sempre designada pela sigla ADIST.

3. São associados aderentes os que, por proposta do IST ratificada pela Direcção e aprovada em Assembleia Geral, vierem a aderir ao IST-ID.

AT
RPM
100

ARTIGO 6º

(Parceiros)

Por deliberação da Direcção, que obtenha o acordo do IST, são considerados como parceiros do IST-ID as pessoas colectivas, qualquer que seja a sua natureza jurídica e nacionalidade, que, de uma forma não pontual e formalizada em acordo ou instrumento contratual que salvaguarde a possibilidade da sua resolução caso se verifiquem as circunstâncias previstas na alínea e) do n.º 1 do artigo 12, pretendam participar ou beneficiar da actividade do IST-ID.

ARTIGO 7º

(Colaboradores)

1. Por deliberação da Direcção, que obtenha o acordo do IST, podem ser reconhecidos como colaboradores do IST-ID as pessoas singulares que manifestem a vontade em colaborar regularmente nas actividades desta associação desde que:

- a) estejam inseridos nas carreiras docentes do ensino superior ou na carreira de investigação e vinculados aos associados por uma relação laboral ou pela atribuição de uma bolsa;
- b) sejam expressamente considerados pelas Unidades de Investigação, acolhidas pelo IST-ID, como membros das suas equipas de investigação;
- c) sejam docentes do ensino superior ou investigadores ou profissionais de reconhecida competência técnica.

2. O reconhecimento de colaboradores, que estejam nas condições previstas na alínea c) do número antecedente, está ainda dependente da ratificação da deliberação da Direcção pela Comissão Coordenadora do

Conselho Científico, que se considera concedida se, sendo-lhe aquela deliberação comunicada, a ela não se opuser, no prazo de 10 dias.

ARTIGO 8º

(Especialistas)

Por deliberação da Direcção, sob proposta de qualquer membro da Comissão Coordenadora do Conselho Científico, podem ser recrutadas, a qualquer título, individualidades, de reconhecido mérito científico e técnico, para colaborarem, pontual e temporariamente, em actividades desenvolvidas pelo IST-ID.

ARTIGO 9º

(Direitos dos associados)

Para além dos que resultem de disposições legais, constituem direitos gerais dos associados:

- a) participar e votar na Assembleia Geral;
- b) fazer-se representar nos órgãos sociais, nos termos previstos nos Estatutos;
- c) examinar as contas e solicitar toda a informação relevante aos órgãos sociais;
- d) sugerir à Direcção a admissão de aderentes, de parceiros e de colaboradores, nos termos previstos nos Estatutos;
- e) beneficiar, nos moldes a regulamentar pela Assembleia Geral, de condições mais favoráveis nas prestações de serviços e nas transferências de tecnologias que o IST-ID vier a efectuar;
- f) beneficiar, nos moldes a regulamentar pela Assembleia Geral, de condições mais favoráveis na prestação de serviços de gestão e de

At
M
10/6

representação em projectos que desenvolvam;

g) exercerem o direito de preferência, nos moldes a regulamentar pela Assembleia Geral, na subscrição ou aquisição de participações sociais em que esteja envolvida, directa ou indirectamente, o IST-ID;

h) terem preferência, nas aquisições de bens e serviços efectuadas pelo IST-ID, em condições similares de mercado.

ARTIGO 10º

(Deveres dos associados)

Para além dos que resultem de disposições legais, constituem deveres gerais dos associados:

a) pagar uma jóia de inscrição e uma quota anual;

b) contribuir para a realização do objecto do IST-ID;

c) cumprir diligentemente as obrigações estatutárias e regulamentares e as deliberações dos órgãos sociais;

d) dar preferência ao IST-ID na realização, em condições similares de mercado, de prestações de serviços que aquele esteja especialmente vocacionado, de um ponto de vista técnico e científico, para poder efectuar, salvo se tal contrariar disposições legais vinculativas;

e) disponibilizar, nos termos que vierem a ser acordados com a Direcção, recursos humanos e materiais, considerados necessários ao desenvolvimento das actividades do IST-ID;

f) no que respeita aos colaboradores que a eles estejam vinculados, autorizar, ou promover a autorização, para o exercício de funções no IST-ID, mesmo que em regime de acumulação, nos termos e condições previstos na Lei e em instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho.

ARTIGO 11º
(Transmissão)

A qualidade de fundador não é passível de transmissão por qualquer forma legal, a de aderente ou de parceiro só pode ser transmitida a terceiros, em casos de extinção ou de fusão ou de aquisição, mediante prévia autorização da Direcção, ouvidos os fundadores.

ARTIGO 12º
(Perda)

1. Perdem a qualidade:
 - a) de aderente ou de parceiro ou de colaborador os que, por escrito, comunicarem à Direcção a sua intenção de voluntariamente deixarem de pertencer ou de colaborar com o IST-ID;
 - b) de aderente quando se verifique o não pagamento, consecutivo, de duas quotas;
 - c) de aderente ou de parceiro, quando se verifique a sua extinção, dissolução, ou cessação de actividade, não sendo previamente autorizada a transmissão daquela qualidade, ou quando se verifique a resolução ou a caducidade do acordo ou instrumento contratual do qual decorre a atribuição da qualidade de parceiro;
 - d) de colaborador os que deixarem de reunir as condições que conduziram à atribuição daquela qualidade, ou que tenham uma conduta que, deliberadamente contribua ou concorra para o descrédito, desprestígio ou prejuízo do IST-ID;
 - e) de aderente, de parceiro ou de colaborador, por deliberação da Assembleia Geral sob proposta da Direcção, em resultado de incumprimento dos seus deveres nomeadamente quando, reiteradamente,

At
M
100

desrespeitem ou desobedeçam às deliberações regularmente tomadas pelos órgãos do IST-ID.

2. Em caso de saída voluntária de aderente aceite pela Direcção, aquele celebrará com esta um acordo de cessação de filiação, onde, nomeadamente, se estabelecerão as condições para que o aderente reaveja os montantes pecuniários correspondentes às unidades de participação que subscreveu e ainda não reembolsados.

CAPÍTULO III
Órgãos Sociais
ARTIGO 13º
(Órgãos sociais)

Constituem órgãos sociais do IST-ID:

- a) A Assembleia Geral;
- b) O Conselho Científico;
- c) A Direcção;
- d) O Conselho Fiscal;
- e) A Unidade de Acompanhamento.

ARTIGO 14º

(Composição e funcionamento da Assembleia Geral)

1. São membros da Assembleia Geral os associados que estejam no pleno gozo dos seus direitos.
2. Os trabalhos da Assembleia Geral são dirigidos por uma Mesa, composta por um Presidente e dois Secretários, por ela eleitos, para um mandato de quatro anos.

3. A Assembleia Geral reúne ordinariamente duas vezes por ano, no último trimestre para apreciar e votar o plano de actividades e orçamento anual e no primeiro trimestre para apreciar e votar o relatório e contas.
4. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente a pedido da Direcção, ou de um terço dos aderentes neles se incluindo um fundador.
5. As convocatórias das reuniões da Assembleia Geral são remetidas aos associados por via postal ou electrónica, respeitando uma antecedência mínima de oito dias.
6. Com as convocatórias é remetida a Ordem de Trabalhos da reunião, que pode ser alterada se nisso expressamente acordarem todos os membros da Assembleia Geral presentes na reunião.
7. A Assembleia Geral só poderá deliberar, em primeira convocatória, estando presentes metade dos seus associados neles se incluindo o IST. Em segunda convocatória, observado um intervalo de 24 horas, o quórum exigido é o de um terço dos associados neles se incluindo o IST.
8. A cada associado cabe um voto, podendo dele ser privado quando, no entendimento da Mesa, se verificar, face à matéria a deliberar, um manifesto conflito de interesses.
9. É admitido o voto por procuração, desde que este seja entregue na Mesa antes de iniciada a reunião.

ARTIGO 15º

(Competências da Assembleia Geral)

1. Para além das competências conferidas pela Lei e pelos presentes Estatutos, cabe ainda à Assembleia Geral:
 - a) eleger a sua Mesa, os vogais da Direcção e os membros do Conselho Fiscal;
 - b) destituir os titulares dos órgãos sociais que elegeu, havendo justa

AT
AKM
16/0

causa;

- c) autorizar o IST-ID a demandar os titulares dos órgãos sociais por factos praticados no exercício dos seus cargos;
- d) apreciar e votar o balanço, relatório e contas;
- e) apreciar e votar o plano de actividades e orçamento anual;
- f) autorizar o IST-ID a criar ou a participar na criação de sociedades comerciais;
- g) aprovar a fusão do IST-ID numa outra associação sem fins lucrativos com um objecto similar;
- h) aprovar a filiação do IST-ID em organismos, nacionais ou estrangeiros;
- i) aprovar os regulamentos previstos no antecedente artigo 9º e outros que a Direcção entenda submeter-lhe;
- j) deliberar sobre alterações aos presentes Estatutos;
- k) deliberar sobre a dissolução do IST-ID, nomeando, neste último caso, uma Comissão Liquidatária;
- l) aprovar a emissão de títulos de participação;
- m) autorizar a alienação de bens imóveis do IST-ID.

2. As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos associados presentes na reunião e desde que não tenham sido votadas desfavoravelmente pelo IST, com as seguintes excepções:

- a) exigem os votos favoráveis da maioria dos associados do IST-ID, entre os quais o do IST, as deliberações referidas nas alíneas f), g), h) i), l) e m) do número anterior;
- b) exigem os votos favoráveis de três quartos dos associados do IST-ID, entre os quais o IST, a alteração dos presentes Estatutos e a deliberação de dissolução do IST-ID.

ARTIGO 16º

(Composição do Conselho Científico)

O Conselho Científico é composto:

- a) pelos colaboradores que detenham o grau de Doutor ou equivalente, ou que estejam contratados, por tempo indeterminado, em categorias das carreiras docentes do ensino superior ou da carreira de investigação;
- b) pelos Presidentes ou responsáveis máximos de Unidades de Investigação de que o IST-ID seja Instituição de Acolhimento,
- c) pelos detentores de grau de Doutor desde que vinculados, a qualquer título, ao IST-ID ou que dele sejam Bolseiros.

ARTIGO 17º

(Funcionamento do Conselho Científico)

1. O Conselho Científico funciona em Plenário e em Comissão Coordenadora.
2. O Conselho Científico é dirigido por um Presidente, coadjuvado por uma Comissão Executiva, composta por dois membros do Conselho por ele escolhidos.
3. O Presidente do Conselho Científico é um Professor Catedrático, ou Investigador Coordenador, contratado por tempo indeterminado pelo IST e por ele designado, podendo-o, a todo o tempo, substituir.
4. As reuniões do Plenário e da Comissão Coordenadora são convocadas pelo Presidente, por sua iniciativa e, no caso das reuniões da Comissão Coordenadora, a pedido de, pelo menos, um terço dos membros desta.
5. As convocatórias das reuniões do Plenário e da Comissão Coordenadora do Conselho Científico, de que constarão as respectivas Ordens de Trabalhos, são subscritas pelo Presidente, que as dará a

AT
Alen
11/2

conhecer aos membros pelo modo que entender mais conveniente.

6. O Conselho Científico pode deliberar, quando reunido em Plenário ou em Comissão Coordenadora, quando o Presidente considerar estarem em condições efectivas de poder participar nos trabalhos da reunião metade dos membros que nela possam exercer o seu direito de voto.

7. A participação dos membros do Conselho Científico nas reuniões pode ser presencial ou assegurada por vídeo-conferência ou outro meio que o Presidente considere como adequado.

8. Nas reuniões do Plenário, quando da Ordem de Trabalhos constar, como seus pontos, a realização de eleições ou a votação de propostas que hajam de ser efectuadas por escrutínio secreto, considera-se como estando presentes na reunião os membros que exerceram o seu direito de voto, desde que, cumulativamente, se reúnam as seguintes condições:

a) tratando-se de eleições, quando os candidatos a eleger e os respectivos programas, se os houver, foram dados a conhecer aos membros com a convocatória da reunião;

b) tratando-se da votação de propostas, quando o seu integral teor foi dado a conhecer aos membros com a convocatória da reunião;

c) em ambos os casos, quando a convocatória identificar a localização e o horário de funcionamento da urna de votação, respeitar uma antecedência mínima de três dias úteis sobre o dia de início da votação e esta decorrer durante, pelo menos, dois dias úteis.

9. A Comissão Coordenadora é composta por membros por inerência e por membros eleitos:

a) são membros por inerência os referidos na alínea b) do artigo anterior, assim como os membros da Comissão Executiva;

b) os membros eleitos são em número correspondente a um quinto dos membros inerentes, mas nunca inferior a dois.

ARTIGO 18º

(Competências do Conselho Científico)

1. Cabe ao Conselho Científico apoiar a Direcção na coordenação e superintendência da actividade científica e técnica desenvolvida pelo IST-ID,
2. Compete ao Plenário do Conselho Científico:
 - a) eleger e destituir os membros não inerentes da Comissão Coordenadora, para um mandato de quatro anos;
 - b) eleger os membros da Unidade de Acompanhamento, sob proposta do IST e para um mandato de quatro anos;
 - c) aprovar o seu regulamento de funcionamento;
 - d) pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos pela Direcção.
3. Para além das competências que lhe são cometidas pelos presentes Estatutos, compete ainda à Comissão Coordenadora do Conselho Científico:
 - a) aprovar o seu regulamento de funcionamento;
 - b) aprovar o regulamento geral de funcionamento das Comissões Permanentes de Áreas Científicas;
 - c) dar parecer ao plano de actividades e orçamento anual, à criação ou à participação na criação pelo IST-ID de sociedades comerciais, à filiação do IST-ID em organismos, nacionais ou estrangeiros e aos regulamentos previstos no antecedente artigo 9º;
 - d) dar parecer sobre a criação de Comissões Permanentes de Áreas Científicas;
 - e) dar parecer sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pela Direcção.

ARTIGO 19º

AT
ZHEM
100

(Comissões Permanentes de Áreas Científicas)

1. A organização interna do IST-ID assenta essencialmente nas Unidades de Investigação de que é Instituição de Acolhimento.
2. Para além das Unidades de Investigação acolhidas, poderão existir Comissões Permanentes de Áreas Científicas que devem corresponder a áreas científicas onde o IST-ID exerça regularmente a sua actividade, sendo o seu número e objecto definidos pela Direcção, sob proposta do IST, ouvida a Comissão Coordenadora do Conselho Científico.
3. As Comissões Permanentes de Áreas Científicas podem constituir, no seu seio e de acordo com o seu regulamento de funcionamento, Grupos de Investigação.
4. Os Coordenadores serão designados pela Direcção, sob proposta do IST, de entre:
 - a) colaboradores, que detenham o grau de Doutor e estejam integrados, com vínculo permanente, ou numa carreira docente do ensino superior ou na carreira de Investigação;
 - b) individualidades de reconhecido mérito profissional, escolhidos pelo IST.
5. Cabe, nomeadamente, aos Coordenadores:
 - a) coordenar a actividade da respectiva Comissão;
 - b) designar os coordenadores dos Grupos de Investigação que se venham a formar no seio da respectiva Comissão;
 - c) propor à Direcção a criação, no seio da Comissão, de Grupos de Investigação;
 - d) propor à Direcção a integração, na respectiva Comissão, de colaboradores e de especialistas;
 - e) exercer todas as competências que lhe tenham sido delegadas pela Direcção.

ARTIGO 20º

(Composição e funcionamento da Direcção)

1. A Direcção é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e por um número ímpar de vogais, entre três e cinco, com um mandato de quatro anos.
2. A Presidência da Direcção é assegurada por um docente universitário ou investigador, contratado por tempo indeterminado pelo IST, por ele designado, podendo-o, a todo o tempo, substituir.
3. As reuniões da Direcção são convocadas e dirigidas pelo Presidente.

ARTIGO 21º

(Competências da Direcção)

Para além das competências fixadas por Lei e pelos Estatutos, compete à Direcção praticar todos os actos ou operações necessários à prossecução do objecto do IST-ID, designadamente os seguintes:

- a) aprovar o seu regulamento de funcionamento;
- b) vincular o IST-ID perante entidades externas;
- c) coordenar as actividades do IST-ID dando execução ao plano de actividades e orçamento anual, com respeito pelas competências dos órgãos das Unidades de Investigação acolhidas e as que forem, nos termos destes Estatutos, atribuídas aos Coordenadores das Comissões Permanentes;
- d) dirigir os serviços do IST-ID, aprovando os respectivos regulamentos internos de funcionamento e podendo contratar pessoal, fixando as respectivas condições de trabalho e exercendo a respectiva disciplina;
- e) administrar os bens do IST-ID, podendo-os onerar ou dar como

AT
DIRECÇÃO
16/0

garantia de empréstimos ou de reembolso de títulos de participação;

f) representar o IST-ID em juízo e fora dele, podendo constituir mandatários, os quais obrigarão o IST-ID, de acordo com os respectivos mandatos;

g) elaborar e apresentar à Assembleia Geral as propostas que, no termos do antecedente artigo 17º, lhe cabe deliberar.

2. O IST-ID obriga-se:

a) no que respeita a meios de pagamento, pela assinatura do Presidente da Direcção e de um vogal, ou pela assinatura conjunta de dois vogais da Direcção, designados pelo Presidente;

b) em tudo o demais, pela assinatura do Presidente da Direcção ou de vogal ou vogais da Direcção por ele designados, assim como pela assinatura de mandatário constituído e com poderes para certa ou certas espécies de actos.

3. Sem prejuízo do que constar do regulamento de funcionamento da Direcção,

a) o Presidente pode exercer as competências que estão atribuídas a este órgão, quando, no seu entendimento, a urgência na tomada de decisões assim o exija;

b) a Direcção pode delegar as suas competências no seu Presidente, num dos vogais, ou nos Coordenadores das Unidades de Investigação acolhidas e das Comissões Permanentes.

4. O Presidente da Direcção assegura o normal expediente do IST-ID, podendo delegar esta sua competência.

ARTIGO 22º

(Composição, competências e funcionamento do Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois vogais,

eleitos pela Assembleia-Geral para um mandato de quatro anos.

2. Para além das competências fixadas por Lei ou pelos presentes Estatutos, compete ao Conselho Fiscal:

- a) examinar as contas do IST-ID e apresentar o respectivo parecer quando da apreciação e discussão do relatório e contas;
- b) emitir parecer sobre o plano de actividades e orçamento anual;
- c) emitir parecer sobre a emissão de títulos de participação;
- d) emitir parecer vinculativo sobre os critérios valorimétricos e condições de reembolso constantes dos acordos de subscrição de títulos de participação;
- e) emitir parecer sobre a venda de bens imóveis do IST-ID.

3. O Conselho Fiscal tem direito de examinar os livros e documentos da escrituração, os quais lhe serão facultados pela Direcção sempre que pedidos.

4. O Conselho Fiscal deve reunir, ordinariamente, em cada trimestre.

5. As reuniões extraordinárias do Conselho Fiscal são convocadas pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido da Direcção.

ARTIGO 23º

(Composição, competências e funcionamento da Unidade de Acompanhamento)

1. A Unidade de Acompanhamento é composta por individualidade de reconhecido mérito científico e técnico que não estejam vinculados, a qualquer título, ao IST-ID.

2. O número de elementos da Unidade de Acompanhamento deve situar-se entre cinco e nove.

3. A Unidade de Acompanhamento exerce funções de avaliação da actividade científica e técnica desenvolvida pelo IST-ID e de

AK
JRM
100

aconselhamento interno.

4. Compete ainda à Unidade de Acompanhamento analisar regularmente o funcionamento do IST-ID e emitir os pareceres que julgar adequados, designadamente sobre o plano e o relatório anual de actividades.

5. Os membros a Unidade de Acompanhamento elegerão, de entre si, um Presidente, a quem competirá dirigir as reuniões deste órgão. que poderá convocar por sua iniciativa ou a pedido da Direcção ou do Presidente do Conselho Científico.

CAPÍTULO IV

Finanças e Pessoal

ARTIGO 24º

(Receitas)

1. Para assegurar as suas despesas, o IST-ID contará com as seguintes receitas:

- a) jóias de inscrição e quotas anuais pagas pelos associados;
- b) títulos de participação subscritos pelos seus associados;
- c) produtos de empréstimos contraídos;
- d) produtos dos serviços e bens fornecidos;
- e) rendimento dos bens próprios, incluindo royalties de direitos de propriedade intelectual, juros de depósitos e aplicações financeiras e dividendos distribuídos pelas sociedades comerciais nas quais o IST-ID tenha uma participação social;
- f) venda de bens e de participações sociais;
- g) subvenções, em numerário ou em espécie, que lhe forem concedidas;

- h) rendimentos de serviços e de bens;
 - i) quaisquer outras receitas, tais como subsídios, donativos, legados ou outros proventos aceites pela Direcção do IST-ID.
2. Haverá um fundo social, constituído à base dos excedentes que a conta de resultados venha porventura a apresentar.

ARTIGO 25º
(Títulos de participação)

1. O IST-ID pode emitir títulos de participação, a subscrever pelos associados, no âmbito de um acordo de subscrição a celebrar com a Direcção.
2. A subscrição de títulos de participação pode ser feita em numerário, em espécie ou em numerário e espécie.
3. Sendo a subscrição de títulos de participação feita, total ou parcialmente, em espécie, o acordo referido no ponto anterior indicará os critérios valorimétricos utilizados,
4. Os acordos de subscrição identificarão o modo e as condições em que se processará o reembolso desses títulos de participação e as garantias que poderão ser prestadas pelo IST-ID para o assegurar.
5. O reembolso de títulos de participação subscritos pode verificar-se através da prestação de serviços, do fornecimento de bens e da transmissão de direitos do IST-ID em favor do subscritor, nos termos do respectivo acordo de subscrição.
6. Em caso de dissolução do IST-ID, o reembolso dos títulos de participação, total ou parcialmente subscritos em numerário, tem primazia sobre qualquer outro reembolso devido aos associados, excepto se a Lei o não permitir.

[Handwritten signatures and initials]

ARTIGO 26º

(Pessoal)

1. Para além dos colaboradores e especialistas, o IST-ID contará ainda com técnicos e investigadores que poderão por ele ser contratados ou nele prestarem serviço ao abrigo de convénios ou de acordos de subscrição de títulos de participação.
2. A Direcção poderá celebrar com um associado um convénio para a cedência de pessoal a ele vinculado ou ao IST-ID, observadas as condições exigidas por Lei ou por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.
3. Os convénios referidos no número anterior e os acordos de cedência que, ao seu abrigo, vierem a ser firmados, identificarão as condições de remuneração dos trabalhadores cedidos, bem como os procedimentos de compensação de encargos que os outorgantes venham a incorrer.

ARTIGO 27º

(Bolsesiros)

1. A Direcção do IST-ID poderá atribuir bolsas de estudos a investigadores que exerçam actividade na associação, qualquer que seja o seu vínculo ao IST-ID.
2. A Direcção do IST-ID poderá atribuir bolsas de estudos e de estágio a alunos do Ensino Superior, no âmbito de acordos a celebrar com as instituições de ensino em que os bolseiros se encontrarem inscritos.
3. Os acordos referidos no número anterior serão também subscritos pelos bolseiros e identificarão, entre outras matérias, o âmbito e orientação da sua participação nas actividades desenvolvidas pelo IST-ID, a protecção de informação confidencial a que os bolseiros venham a ter acesso por

força daquela sua participação e titularidade dos direitos de propriedade intelectual que venham a resultar dessa participação.

ARTIGO 28º

(Recursos)

1. A Direcção do IST-ID poderá acordar com os associados a utilização, para as suas actividades, de recursos materiais, incluindo instalações e equipamentos, dos associados.
2. Os acordos referidos no número anterior identificarão, entre outras matérias, as compensações devidas por essa utilização.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 29º

(Alteração dos Estatutos e Dissolução do IST-ID)

1. A alteração aos presentes Estatutos, bem como a dissolução do IST-ID só pode ser deliberada em Assembleia Geral extraordinária convocada expressamente para esse fim.
2. Dissolvido o IST-ID, a Assembleia deverá nomear imediatamente a Comissão Liquidatária, definindo o seu estatuto.
3. Caso, depois de observado o disposto no n.º 6 do antecedente artigo 25 e o artigo 166 do Código Civil, existir activo líquido, este reverterá para o IST.

ARTIGO 30º

(Mandato dos primeiros Órgãos Sociais)

AF
16/11/14

1. Os titulares da Direcção, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, identificados no número seguinte, foram, pelo IST, designados para um primeiro mandato que findará em Janeiro de 2013, data em que também terminará o mandato dos titulares dos restantes órgãos sociais.

2. **Direcção:**

Presidente: António Manuel da Cruz Serra

Vice-Presidente: Arlindo Manuel Limede de Oliveira

Vogal: Luís Miguel Veiga Vaz Caldas de Oliveira

Vogal: Miguel Afonso Dias de Ayala Botto

Vogal: Fernando Henrique Corte Real Mira da Silva

Assembleia Geral:

Presidente: Afonso Manuel dos Santos Barbosa

Secretário: Joaquim Manuel Sampaio Cabral

Secretário: Maria Isabel Lobato de Faria Ribeiro

Conselho Fiscal:

Presidente: Luis Manuel Soares dos Santos Castro

Vogal: Rui Domingos Ribeiro da Cunha Marques

Vogal: José Martinho Soares Barroso, em representação da BDO e Associados, SROC.

António Manuel da Cruz Serra

Arlindo Manuel Limede de Oliveira

Luís Miguel Veiga Vaz Caldas de Oliveira

Miguel Afonso Dias de Ayala Botto
Fernando Henrique Corte Real Mira da Silva